

**PARA UMA TRANSIÇÃO  
ENERGÉTICA JUSTA:  
O SELO RENOVABIO SOCIAL**



**INSTITUTO  
ESCOLHAS**

#### Conselho Diretor

Mariana Luz (presidente)

Marcos Lisboa

Ricardo Sennes

Sergio Leitão

#### Conselho Científico

Rudi Rocha (presidente)

Ariaster Chimeli

Bernard Appy

Fernanda Estevan

Izabella Teixeira

Marcelo Paixão

Marcos Lisboa

#### Conselho Fiscal

Plínio Ribeiro (presidente)

Fernando Furriela

Zeina Latif



# PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA: O SELO RENOVABIO SOCIAL

Estudo idealizado pelo Instituto Escolhas

#### Coordenação Geral

Juliana Siqueira-Gay (Instituto Escolhas)

Larissa Rodrigues (Instituto Escolhas)

#### Coordenação Técnica

Arilson Favareto (UFABC/Cebrap)

#### Instituto Escolhas

São Paulo, março de 2022

Este documento resulta da parceria entre o Instituto Escolhas e o Programa de Energia para o Brasil (BEP), do governo britânico, executado por um consórcio de organizações liderado pela Adam Smith International (ASI) e com a participação do Instituto 17 (i17), Carbon Limiting Technologies (CLT), hubz e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Para mais informações, acesse:

<https://www.ukbrep.org/pt/home>



## EQUIPE TÉCNICA DO PROGRAMA DE ENERGIA PARA O BRASIL:

**Diretores de Programa:** Clarissa Vargas (FCDO-UK) / Zane Kanderian (ASI)

**Gerentes de Programa:** Louise Hill (FCDO-UK) / Fernanda Guedes (ASI)

**Diretor Técnico:** Gilberto de Martino Jannuzzi (ASI)

**Conselheira Estratégica:** Elbia Gannoum (ASI)

**Coordenação Técnica:** Alessandro Sanches Pereira (i17)

**Líder em Aproveitamento Energético de Resíduos:** Leidiane Ferronato Mariani (i17)

**Líder da equipe:** Vanice Helen Nakano (i17)

**Responsável técnico:** Jessica Yuki de Lima Mito (i17)

**Equipe técnica do i17:** André Cestonaro do Amaral, Brenda Monteiro Rodrigues, Deisi Cristina Tápparo, Gladis Backes Bühring, Izabelly Cassia May, Júlio Rietow, Luis Cesar da Costa Junior, Luiz Gustavo Silva de Oliveira, Maria Eduarda Cação Rosa e Vinicius Fritsch

**Revisoras do ASI:** Luiza Bazan (Gerente de Monitoramento e Avaliação), Suzanne Maia (Conselheira em Inclusão Social e Igualdade de Gênero) e Marta Telles (Gerente de Comunicação e Inclusão)

**Revisora editorial:** Claudete Debértolis Ribeiro

*As instituições que integram o consórcio de implementação do Programa de Energia para o Brasil (BEP) – Adam Smith International, Carbon Limiting Technologies, Hubz, Fundação Getúlio Vargas e Instituto 17 – agradecem ao governo britânico pela confiança na execução do Programa.*

## POR QUE UMA NOVA CERTIFICAÇÃO SOCIAL NO SETOR DE BIOCOMBUSTÍVEIS?

A transição energética consolida-se no mundo, e o Brasil é um país importante nesse processo, dado o seu alto potencial energético renovável, incluindo a já estabelecida produção de biocombustíveis. É nesse contexto que foi criada esta proposta para o **Selo RenovaBio Social**, uma certificação social no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).

Instituído pela Lei no 13.576/2017, o RenovaBio atua em três eixos estratégicos: metas de descarbonização, certificação da produção de biocombustíveis e Crédito de Descarbonização (CBIO). O RenovaBio tem recebido ampla adesão do setor produtivo de biocombustíveis desde a sua criação: de acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), atualmente, 74% das usinas autorizadas a produzir biocombustíveis no país detêm a certificação - com amplo domínio do setor sucoenergético.

No entanto, mesmo representando um inquestionável avanço no quesito ambiental, o RenovaBio falha ao não oferecer estratégias e mecanismos de regulação para verificação dos impactos sociais relacionados à produção de biocombustíveis.

Em algumas áreas produtoras de biodiesel, é inegável a acentuação de desigualdades e vulnerabilidades a que os trabalhadores, sobretudo da agricultura familiar, estão submetidos. A indústria de etanol, vale lembrar, influencia diretamente as cadeias de geração e concentração de riqueza,

assim como as dinâmicas ocupacional e de geração de empregos nas regiões onde atua.

Ao promover aspectos relacionados à inclusão social no âmbito do RenovaBio, esta proposta de certificação coloca tais realidades em evidência, trazendo o debate sobre justiça social para o centro da mesa de negociações. Ao mesmo tempo, contribui também para fortalecer o setor dos biocombustíveis, habilitando-o às crescentes exigências ambientais e sociais do mercado global.



## A PROPOSTA PARA O SELO RENOVABIO SOCIAL

A proposta para o Selo RenovaBio Social foi estruturada a partir de quatro temas que dialogam com os aspectos sociais da narrativa das práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*), a saber: direitos dos trabalhadores, impactos na comunidade, responsabilidade com clientes, e saúde e segurança. Tais temas se desdobram em 15 princípios, por sua vez, detalhados em 20 critérios objetivos, que tratam de

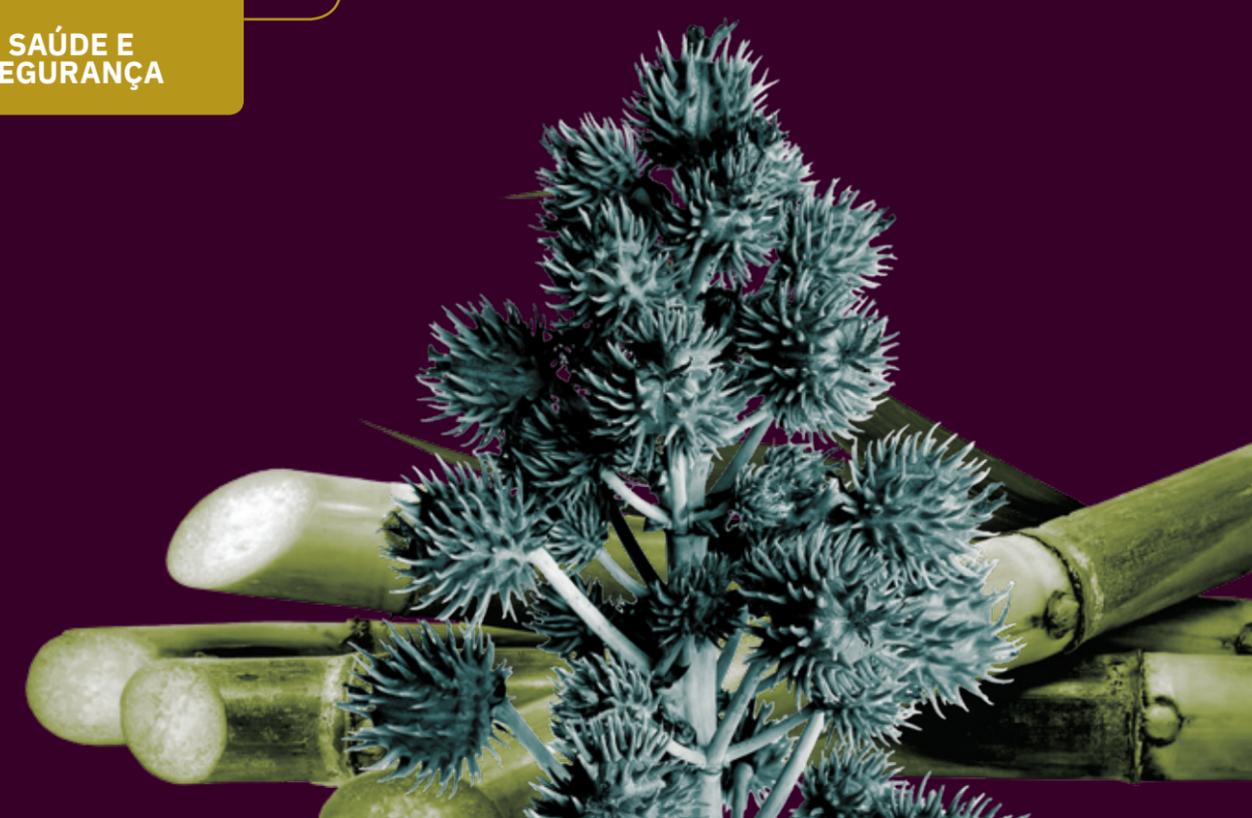
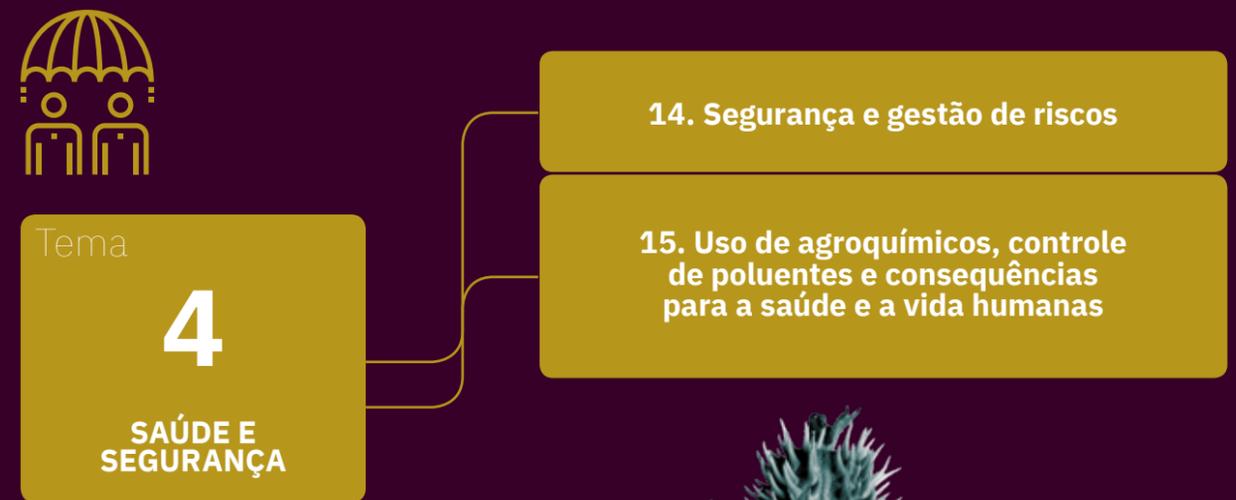
diversidade de gênero, racial e geracional nas empresas e incorporação dos saberes e das pessoas de comunidades tradicionais, entre outros critérios sociais (ver figura).

Para garantir acessibilidade aos variados agentes da cadeia produtiva dos biocombustíveis, optou-se por uma proposta de certificação social escalonada, com três níveis de exigência:



A proposta traz aspectos inovadores e não observados por outras certificações disponíveis, mas prevê, contudo, a complementaridade com os selos já existentes. Desse modo, as empresas poderão comprovar o cumprimento de critérios exigidos pelo Selo RenovaBio Social com a validação de exigências similares cumpridas em outras certificações que detêm.

**PROPOSTA PARA O RENOVABIO SOCIAL:  
TEMAS, PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS**



Tema ESG

1



A proposta do Selo RenovaBio Social traz uma exigência inédita quanto às relações de trabalho: o trato afirmativo de diferenças raciais, de gênero e geracionais. Tal critério é requisitado desde o nível básico da certificação até o nível avançado e, além de estabelecer seus compromissos, as empresas precisarão demonstrar quais serão as ações afirmativas adotadas para promoção da diversidade e como elas serão monitoradas.

Princípios	Critérios	Indicadores sugeridos
1. Cumprimento da legislação trabalhista	Respeito à legislação trabalhista 	Conhecimento e cumprimento de leis e convenções devem ser demonstrados Registro de ocorrências e encaminhamentos em caso de conflitos e processos legais
	Respeito às convenções OIT ratificadas no país 	
2. Relações de trabalho	Trato afirmativo das diferenças raciais, de gênero e geracionais 	Ações afirmativas demonstradas
	Compromisso com critérios de equidade de gênero, raça e geração estabelecidos e monitorados 	Ações afirmativas demonstradas

Tema ESG

2

**Impactos na comunidade**



Este tema traz o maior número de inovações em relação às certificações existentes, pois são introduzidos critérios associados aos efeitos indiretos da produção de biocombustíveis, algo muito reivindicado pelos segmentos mais críticos ao padrão praticado pelo setor atualmente.

As empresas precisarão comprovar que suas operações não afetam negativamente as comunidades onde estão inseridas, o que inclui o correto uso dos recursos naturais, o respeito aos modos de vida tradicionais e a promoção do desenvolvimento socioeconômico local.

Princípios	Critérios	Indicadores sugeridos
3. Aspectos fundiários	<p>Demonstração de posse legal da terra de acordo com a legislação vigente </p> <p>Ausência de conflitos graves envolvendo titularidade e usos da terra </p>	<p>Ausência de manifestações contestando titularidade ou formas de uso da terra</p> <p>Demonstração de documentação que respalde a posição da empresa e o devido encaminhamento negocial ou jurídico para solucionar tais conflitos</p>
4. Povos indígenas e populações tradicionais	<p>Respeito aos direitos dos povos indígenas e das populações tradicionais </p>	<p>Ausência de manifestações contestando práticas diretas ou indiretas da empresa e que limitem ou restrinjam direitos de povos indígenas e populações tradicionais</p> <p>Demonstração de documentação que respalde a posição da empresa e o devido encaminhamento negocial ou jurídico para solucionar tais conflitos</p>
5. Relações com a comunidade e respeito ao modo de vida locais	<p>Garantia de que a produção não compromete modos de vida locais e tradicionais, incluindo o uso de recursos naturais de forma compatível com suas estratégias de reprodução social </p>	<p>Ausência de manifestações contestando práticas diretas ou indiretas da empresa e que limitem ou restrinjam direitos de povos indígenas e populações tradicionais</p> <p>Demonstração de documentação que respalde a posição da empresa e o devido encaminhamento negocial ou jurídico para solucionar tais conflitos</p>
6. Recursos hídricos e seus impactos para a saúde humana	<p>Uso adequado e responsável dos recursos hídricos, de forma a não comprometer a qualidade e a disponibilidade para o consumo pelas populações locais </p>	<p>Identificação e mapeamento das fontes e corpos d'água utilizados ou afetados pela empresa</p> <p>Avaliação regular dos impactos da atividade sobre os recursos hídricos, sobretudo seus efeitos sobre a disponibilidade e a qualidade da água para consumo das populações locais</p>

Tema ESG	2	Impactos na comunidade 	
Princípios	Critérios		Indicadores sugeridos
7. Desenvolvimento local	Impactos positivos sobre a economia local 	<p>Levantamento e demonstração de impactos positivos sobre os níveis de emprego, arrecadação e efeitos encadeadores com a economia local</p> <p>Demonstração de medidas de compensação e mitigação de impactos em caso de diminuição de uso de força de trabalho local</p>	
	Existência de ações efetivas de responsabilidade social e ambiental 	<p>Demonstração de investimentos e iniciativas da empresa em ações voltadas para a promoção da equidade, a melhoria dos equipamentos sociais, a sustentabilidade ambiental e outros realizados nas comunidades do entorno</p>	
8. Segurança alimentar	Operações resguardam o direito à segurança alimentar 	<p>Ausência de manifestações denunciando efeitos negativos da atuação da empresa sobre o direito à segurança alimentar de populações em sua área de atuação ou por seus fornecedores</p> <p>Quando houver denúncias, demonstração de documentação que respalde a posição e o devido encaminhamento negocial ou jurídico para esclarecer as denúncias</p> <p>Demonstração de ações compensatórias ou de mitigação de efeitos sobre segurança alimentar</p>	
9. Inclusão da agricultura familiar	Existência de políticas de inclusão da agricultura familiar na cadeia de fornecedores  	<p>Política de compras documentada que comprove ações de discriminação positiva da agricultura familiar (percentuais de compra, fornecimento de assistência técnica, garantia de preços, condições especiais de contrato ou outros)</p>	
10. Desmatamento, usos do solo e consequências para a vida humana	Comprovação de não conversão de áreas com vegetação natural original para fins de produção de matérias primas 	<p>Demonstração de conservação de áreas naturais, protegidas e em recuperação por meio de mapas e sistemas de informação georreferenciada</p>	

Tema ESG

3



Apesar de ser considerado o pilar social das práticas ESG, a responsabilidade com a comunidade traz nuances relevantes de governança. Dos quatro critérios indicados, apenas aquele que trata de cumprimento da lei está associado ao nível básico da proposta de certificação RenovaBio Social. Os demais estão associados ao nível avançado, por representarem práticas que envolvem certa robustez dos sistemas de governança - como, por exemplo, aquelas que dizem respeito à rastreabilidade.

Já o compromisso com critérios de governança corporativa transparente e *accountability* (responsabilização das partes interessadas) é um critério inédito entre as certificações existentes. Para demonstrar o seu cumprimento, as empresas deverão tornar públicos os relatórios de avaliação e impacto de sua atividade econômica. Além disso, precisarão garantir a participação de representantes das comunidades onde atuam em seus espaços de governança corporativa.

Princípios

Critérios

Indicadores sugeridos

11. Cumprimento da legislação vigente	Não existência de atividades ilegais nas áreas de produção <div style="display: flex; justify-content: flex-end; gap: 5px;"> <span style="color: red;">✔</span> <span style="color: green;">✔</span> <span style="color: blue;">✔</span> </div>	Sistema de monitoramento patrimonial ou equivalente Ausência de denúncias de ilegalidade Quando houver denúncias, demonstração de documentação que respalde posição ou resolução por parte da empresa
12. Rastreabilidade	Existência de compromisso e atenção com os demais elos da cadeia produtiva <div style="display: flex; justify-content: flex-end; gap: 5px;"> <span style="color: blue;">✔</span> </div>	Documento ou protocolo de compromisso expressando medidas voltadas à cadeia de fornecedores e aos clientes, explicitando medidas restritivas a relações comerciais com clientes com comprovada conduta ilegal ou conflitiva com os princípios e requisitos desta certificação
13. Governança	Compromisso com critérios de governança corporativa transparente e <i>accountability</i> <div style="display: flex; justify-content: flex-end; gap: 5px;"> <span style="color: blue;">✔</span> </div>	Relatórios de avaliação e impacto de atividade econômica publicados ou informações sobre estes temas disponíveis e de acesso aberto Participação de representantes da sociedade local em espaços ou mecanismos de governança corporativa
	Existência de compromisso e atenção com eventuais áreas não certificadas de mesma propriedade <div style="display: flex; justify-content: flex-end; gap: 5px;"> <span style="color: blue;">✔</span> </div>	Documento ou protocolo de compromisso expressando medidas voltadas às áreas não certificadas na mesma propriedade

<p>Tema ESG</p> <p style="font-size: 2em; font-weight: bold; text-align: center;">4</p> <p style="font-size: 1.5em; font-weight: bold; text-align: center;">Saúde e segurança</p>		<p>Este tema traz elementos relacionados aos impactos causados pelas atividades na segurança e no bem-estar da população. Aqui, a proposta para o Selo RenovaBio Social reforça princípios já considerados por outras certificações.</p> <p>Um dos critérios, exigido apenas para o nível avançado do Selo, determina a implantação de um sistema de monitoramento, por parte das empresas, dos impactos socioambientais nas comunidades onde atuam. Além disso, as empresas deverão apresentar planos e medidas para mitigar impactos, reduzir riscos e impactos negativos, bem como estabelecer claramente, com ampla divulgação pública, as ações de redução e de compensação de danos.</p>
---	--	--

Princípios	Critérios	Indicadores sugeridos
<p>14. Segurança e gestão de riscos</p>	<p>Respeito à legislação trabalhista</p> <div style="text-align: right; font-size: 0.8em;"> <span style="color: red;">✔</span>  <span style="color: green;">✔</span>  <span style="color: blue;">✔</span> </div>	<p>Conhecimento e cumprimento de leis e disposições das convenções internacionais sobre segurança no trabalho devem ser demonstrados</p> <p>Sistema de mapeamento de riscos aos trabalhadores e registro de acidentes de trabalho e informações associadas disponíveis</p> <p>Planos e medidas de redução de riscos e acidentes de trabalho devem ser demonstrados</p>
	<p>Impacto socioambiental no entorno é monitorado e medidas de mitigação, compensação e redução de riscos são adotadas</p> <div style="text-align: right; font-size: 0.8em;"> <span style="color: blue;">✔</span> </div>	<p>Estudos de impacto e licenciamentos exigidos por lei disponíveis</p> <p>Sistema de monitoramento de impactos na área direta de atuação e entorno existente</p> <p>Planos e medidas de mitigação de impactos, de redução de riscos e de impactos negativos devem ser demonstrados</p> <p>Em caso de impactos negativos comprovados, ações de mitigação e compensação devem ser demonstradas</p>
<p>15. Uso de agroquímicos, controle de poluentes e suas consequências para a vida humana</p>	<p>Uso controlado e responsável de agroquímicos</p> <div style="text-align: right; font-size: 0.8em;"> <span style="color: green;">✔</span>  <span style="color: blue;">✔</span> </div>	<p>Sistema de informações disponível sobre uso de agroquímicos pela empresa</p> <p>Avaliação regular dos impactos associados ao uso de agroquímicos sobre o solo, corpos d'água e saúde humana</p> <p>Existência de salvaguardas e planos de redução de consumo e diminuição de impactos</p>

## PASSOS IMPORTANTES PARA IMPLEMENTAR O SELO RENOVABIO SOCIAL

A proposta para o Selo RenovaBio Social é crucial para fortalecer o programa RenovaBio e pode impulsionar o setor de biocombustíveis a responder às crescentes exigências de inserção social feitas pelo mercado global.

A Lei 13576/2017, que implementou o RenovaBio, já destaca a importância do programa para a inclusão social e o desenvolvimento regional, o que, em princípio, facilitaria a inserção de normativas sociais na produção de biocombustíveis. Entretanto, ainda são necessários ajustes na lei para viabilizar a implementação do novo selo, incluindo a definição dos objetivos da certificação e seus principais mecanismos.

A seguir, estão detalhadas medidas para dar suporte ao desenvolvimento da proposta e sua implementação.



### INCENTIVOS

De imediato, a primeira vantagem da proposta para o Selo RenovaBio Social para as empresas seriam os **ganhos reputacionais**, importantes para posicionamento corporativo e de suas marcas no mercado, o que pode ser convertido em ganhos econômicos em médio e longo prazos, inclusive com a conquista de novos consumidores. Além disso, a nova certificação poderia gerar **incentivos de crédito**, facilitando o acesso a operações financeiras e a recursos com menores taxas de juros.

A partir da experiência bem-sucedida dos Créditos de Descarbonização (CBIOS) – certificados de emissões evitadas de etanol, biodiesel e biometano –, o RenovaBio Social também poderia, no futuro, ser a base de um mecanismo de comercialização de créditos de inserção social, similar ao mercado de créditos de descarbonização.

### COMITÊ RENOVABIO E GRUPOS DE TRABALHO (GTS)

Criado para ser responsável pela condução operacional e pelo acompanhamento constante da política, o Comitê da Política Nacional de Biocombustíveis – o Comitê RenovaBio (CRBio) – poderia ter suas atribuições ajustadas para tratar também do Selo RenovaBio Social. Para esse fim, de acordo com a proposta do Selo, o CRBio seria auxiliado por três grupos de trabalho (GTs) multiatores:

- > GT voltado para os incentivos, formado com a participação de agentes financeiros públicos e privados e de empresas do setor;
- > GT formado pelos diferentes atores do setor de biocombustíveis e dedicado à elaboração do Manual Operacional do Selo RenovaBio Social, documento que vai guiar a implementação da certificação, assim como prever sua revisão e seu aperfeiçoamento. O grupo deve incluir membros de associações, certificadoras, governo e sociedade civil;
- > GT voltado para a legislação, que deverá propor minutas de adequação e aprimoramento dos instrumentos legais já disponíveis, contemplando inclusive os avanços realizados nos outros dois grupos.

## MANUAL OPERACIONAL DO SELO RENOVABIO SOCIAL

Em suporte às possíveis alterações legislativas, deverá ser elaborado um Manual Operacional para operacionalizar todo o processo de certificação. Ele poderá reunir critérios, indicadores e formas de verificação para as empresas obterem o Selo RenovaBio Social. Como mencionado anteriormente, sua elaboração e atualização poderão ficar à cargo do GT específico para essa função.

Idealmente, um de seus capítulos deve abordar a RenovaCalc Social, ferramenta complementar à calculadora RenovaCalc, usada atualmente pelos produtores para verificar a comprovação do desempenho ambiental da produção de biocombustíveis pelas usinas e, assim, gerar créditos de descarbonização.

A RenovaCalc Social indicaria a conformidade ou não com os patamares mínimos exigidos e indicará o nível sugerido para a concessão do Selo. Caberia às certificadoras credenciadas verificar a documentação apresentada pelas empresas e realizar a auditoria, quando necessário. Feito isso, seria emitido o Relatório de Certificação Social, uma autorização dada à empresa para obter o Selo RenovaBio Social junto ao governo federal.

## CONSTRUÇÃO COLETIVA E ENGAJAMENTO

A flexibilidade para a obtenção e a complementaridade com outras certificações são elementos fundamentais na proposta do Selo RenovaBio Social. Entretanto, não são suficientes para sua consolidação. Na formatação final da certificação, é preciso garantir o envolvimento e a participação de todos os agentes – produtores de matérias-primas e de biocombustíveis, trabalhadores, agentes públicos e representantes do mercado financeiro, entre outros.

Isso deve ser alcançado por meio do equilíbrio entre os componentes técnicos do RenovaBio Social e as demandas dos variados atores da cadeia produtiva dos biocombustíveis, em um processo de negociação e diálogo permanentes. Somente a diversidade de falas na formatação do Selo é capaz de garantir a legitimidade necessária para sua implantação e êxito na inserção dos temas sociais na agenda do setor.

**Esta proposta do Selo RenovaBio Social poderá ser apresentada ao Comitê RenovaBio. A partir disso, sugere-se a formação de grupos de trabalho para ajustes no desenho proposto, já considerando as condições institucionais apontadas.**

## METODOLOGIA

A proposta do Selo RenovaBio Social foi elaborada a partir de extensa pesquisa, que envolveu amplo levantamento bibliográfico, treze entrevistas com atores da cadeia dos biocombustíveis no Brasil e quatro reuniões técnicas com membros da academia, trabalhadores do setor, certificadoras e membros do governo. Foram realizadas, ainda, quatro visitas de campo nos estados de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Pará, para identificar as realidades e os desafios locais no âmbito da produção de biocombustíveis a partir da cana-de-açúcar, da mamona, da soja e da palma. Durante as visitas foram feitas vinte e duas entrevistas com representantes das usinas, fornecedores de matérias-primas, sindicatos e associações de trabalhadores rurais e da agricultura familiar, membros do poder público, cooperativas, outras lideranças locais e pesquisadores, com o objetivo de avaliar as diversas opiniões sobre a proposta do Selo RenovaBio Social.



**Título:** Para uma transição energética justa:

o Selo RenovaBio Social

**Organização responsável:** Instituto Escolhas

**Ano:** 2022

**Número ISBN:** 978-65-86405-28-6

**Como citar:** “Para uma transição energética justa: o Selo RenovaBio Social”. Programa de Energia para o Brasil – BEP (Brasil). São Paulo: Instituto Escolhas, 2021

**Coordenação editorial:** Juliana Siqueira-Gay e Cinthia Sento Sé

**Edição de texto:** Juliana Siqueira-Gay e Cinthia Sento Sé

**Texto:** Alexandre Gaspari

**Edição de arte:** Brazz Design

**Capa:** phive2015, weerachaiphoto, volodymyrshtun89, sutiporn, kittimages123rf, opaidetheo, alohaflaminggo

**Veja o estudo completo em:**

<https://www.escolhas.org/biblioteca/estudos-instituto-escolhas/>

[www.escolhas.org](http://www.escolhas.org)

Siga o Instituto Escolhas:



**Licença Creative Commons**

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.